



**RELATÓRIO ANUAL DA
DIRETORIA EXECUTIVA
e Demonstrações Contábeis**

EXERCÍCIO DE 2002

NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social



NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA EXECUTIVA

EXERCÍCIO DE 2002

1. ADMINISTRAÇÃO	2
2. APRESENTAÇÃO	3
3. PROGRAMA PREVIDENCIAL	5
4. PROGRAMA ASSISTENCIAL	8
5. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	10

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

1. ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

Claudio Yoshida - Presidente
INB

Pedro Cardoso Franco
Eletronuclear

Maria Aparecida da Silva
Nuclep

Abel de Almeida
Representante Eleito dos Participantes

Agostinho Serpa Deminicis
Repres. Eleito dos Participantes

Carlos Augusto Ribeiro Marques
Representante Eleito dos Participantes

Suplentes

Athayde Pereira Martins
INB

Norman Victor Walter Hime
Eletronuclear

Ricardo Antunes Corrêa
Nuclep

Danilo Jaña Pacheco
Representante Eleito dos Participantes

Matheus Ferreira-Nunes Neto
Representante Eleito dos Participantes

Luiz Carlos de Moura
Representante Eleito dos Participantes

CONSELHO FISCAL

Efetivos

João Carlos Cristiano - Presidente
Representante Eleito dos Participantes

Clezio dos Santos Oliveira
Nuclep

Jair Nunes Almas
INB

João Manoel Gonçalves Barbosa
Representante Eleito dos Participantes

Suplentes

Carlos Fernandes
Representante Eleito dos Participantes

não tem suplente

Eduardo Rosin
INB

Luis Antonio Domingues Correia
Representante Eleito dos Participantes

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

Efetivos

Ricardo Antunes Corrêa
Nuclep

Danilo Jaña Pacheco
Representante dos Participantes

Suplentes

Athayde Pereira Martins
INB

Luiz Carlos de Moura
Representante dos Participantes

DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Roberto Almeida Figueiredo
Diretor de Benefícios

Ronaldo Teixeira Buffa
Presidente

Fernando Cesar Braz Teixeira
Diretor Financeiro

Observação: Os diretores participam, como membros efetivos, do Comitê Consultivo de Investimentos. O Presidente do NUCLEOS também preside o CCI.

2. APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social vem apresentar aos participantes, aos beneficiários e às empresas patrocinadoras do Instituto o Relatório Anual, o Balanço Patrimonial e os Demonstrativos Financeiros, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes, do Atuário, do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho Deliberativo.

O NUCLEOS, constituído em 22/12/78 e tendo o dia 01/09/79 como a data que marca o início de sua operação, é uma entidade fechada de previdência complementar e tem como patrocinadores, além do próprio Instituto, as seguintes empresas:

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

ELETOBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP

No ano de 2002 o Instituto adequou o seu estatuto às diretrizes das Leis Complementares n^{os} 108 e 109, com a conseqüente aprovação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O Instituto encerrou o exercício com um total de 2.877 participantes entre ativos, assistidos e pensionistas.

Na área assistencial, o Nucleos-Saúde atingiu o número de 2.273 associados, com um total de 7.288 atendimentos médicos.

No âmbito do Instituto, a Diretoria deu prosseguimento à reestruturação em todas as suas áreas objetivando a redução do custeio, bem como o maior controle dos processos internos.

Outro ponto importante refere-se à dívida com as patrocinadoras. Uma vez que o Grupo Interministerial não chegou a um consenso sobre o montante do valor da dívida e sua titularidade e encerrou suas atividades, a Diretoria do NUCLEOS, sem ter outra alternativa, ajuizou ação de cobrança da dívida contra as patrocinadoras INB e NUCLEP, em 16/12/02.

O mercado financeiro no exercício de 2002 se iniciou com a certeza de que o conflito no Afeganistão, resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, teria um rápido desfecho e sem maiores reflexos diplomáticos na região e no mundo. Com isto, era esperada uma retomada do crescimento da economia



americana, com reflexos positivos no cenário econômico mundial, que acabou não se confirmando. Este cenário negativo ainda foi significativamente afetado pelos escândalos contábeis de grandes corporações americanas e européias, cujo maior símbolo foi o caso ENRON.

No âmbito interno, o processo eleitoral, ajudado por fatos como a marcação a mercado de títulos nos fundos de investimento, trouxe, logo de início, um elevado grau de incertezas que refletiram nos mercados.

Todos esses fatores aumentaram a aversão ao risco dos investidores, reduzindo o fluxo de financiamento externo, desvalorizando o câmbio e provocando o aumento do risco país, causando aumento de inflação, via câmbio, e deteriorando ainda mais as expectativas, o que derrubou a BOVESPA aos mesmos níveis observados por ocasião dos ataques terroristas de setembro/2001.

O resultado negativo do exercício de 2002 de R\$ 142.947 mil e o conseqüente déficit acumulado de R\$ 107.126 mil são resultantes da constituição da provisão para devedores duvidosos, no valor de R\$ 147.492 mil, referente à parcela em atraso das dívidas das patrocinadoras INB e NUCLEP.

Sem a constituição dessa provisão e o resultado negativo da reavaliação dos shoppings, no valor de R\$ 10.328 mil, o resultado do exercício apresentaria saldo positivo de R\$ 14.873 mil, com um superávit acumulado de R\$ 50.694 mil.

A Diretoria Executiva, seguindo a decisão do Conselho Deliberativo, viabilizou a compra de imóvel e efetuou a mudança da sede para a Rua Rodrigo Silva, 26 – 15º andar, Centro - RJ, tendo alugado o imóvel da Praia do Flamengo, nº 200 - 7º andar, à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Dando prosseguimento à estratégia adotada pela diretoria, a partir de setembro/2001, de recuperação dos investimentos, em dezembro de 2002 entrou em operação o estacionamento do Shopping Light, marcando o início de sua revitalização.

A Diretoria Executiva do NUCLEOS registra seus agradecimentos a todos que têm colaborado para o alcance dos objetivos do Instituto, ao corpo de funcionários e aos participantes ativos, assistidos e pensionistas, bem como aos dirigentes das empresas patrocinadoras, aos integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê Consultivo de Investimentos, pelo apoio recebido.

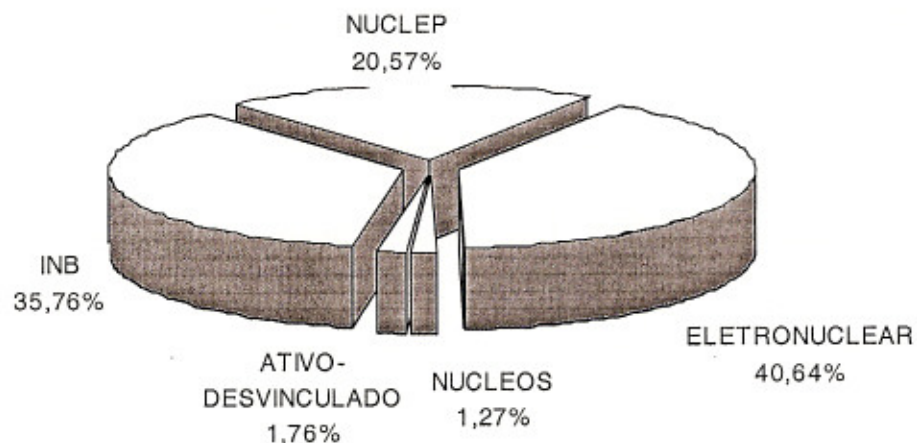
3. PROGRAMA PREVIDENCIAL

A análise do encerramento do exercício de 2002 revelou um aumento do número de participantes em relação a dezembro de 2001, da ordem de 3,17%, resultante, principalmente, das contratações efetivadas pelas patrocinadoras ELETRONUCLEAR e INB.

FREQÜÊNCIA DE PARTICIPANTES ATIVOS POR PATROCINADORA

MÊS/ANO	PATROCINADORAS					TOTAL
	INB	NUCLEP	ELETRONUCLEAR	NUCLEOS	ATIVO-DESVINCLADO	
DEZ/01	736	470	865	34	39	2.144
DEZ/02	791	455	899	28	39	2.212

DISTRIBUIÇÃO DA MASSA DE PARTICIPANTES ATIVOS



Hoje existem 2.212 participantes ativos, sendo 39 desvinculados, que representam aqueles que se desligaram das patrocinadoras e mantiveram a condição de





RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA EXECUTIVA - EXERCÍCIO DE 2002

participantes do NUCLEOS. Atualmente, o nível de adesão é de 83,83% em relação ao total de empregados das patrocinadoras, conforme demonstrado abaixo.

TOTAL	INB		ELETRONUCLEAR		NUCLEP		NUCLEOS		TOTAL	
Participantes	791	89,18%	899	78,52%	455	85,69%	28	96,55%	2173	83,83%
Empregados*	887		1145		531		29		2592	

* No nº total de empregados da Eletronuclear estão excluídos os empregados originários de FURNAS.

O número de participantes assistidos cresceu 5,60% em relação a 2001, conforme indica o quadro a seguir:

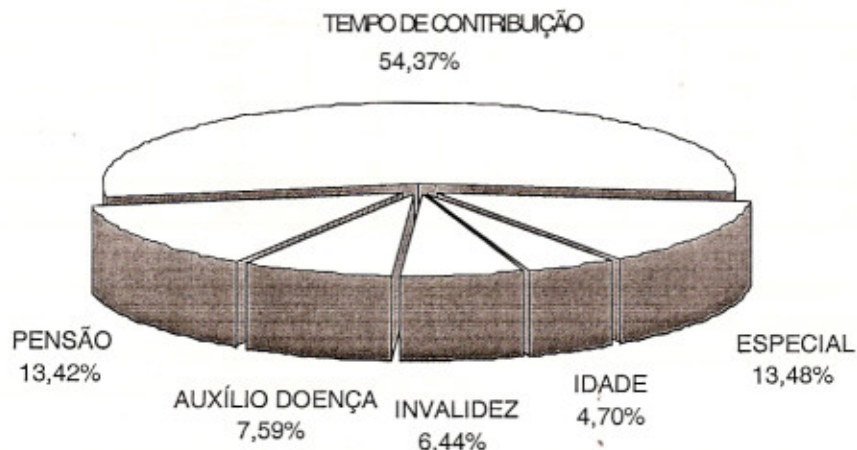
MASSA ASSISTIDA
DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA

MÊS/ANO	TIPO DE BENEFÍCIO						TOTAL
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ	AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	
DEZ/01	358	72	33	51	53	129	696
DEZ/02	373	72	35	53	70	132	735

VARIAÇÃO NA MASSA ASSISTIDA

TEMPO SERVIÇO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ	AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	TOTAL
4,19%	0,00%	6,06%	3,92%	32,08%	2,33%	5,60%

Handwritten signature and date: 2.18.02

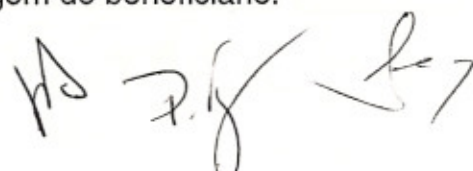
**MASSA ASSISTIDA
DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA POR BENEFÍCIO**


A seguir são apresentados a média mensal e o valor total pago em 2002 referentes a cada benefício separado por patrocinadora de origem do participante beneficiário.

Valores em R\$

	Empresa	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ	AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	TOTAL
MÉDIA MENSAL	INB	194.389,45	55.037,45	23.093,35	30.747,39	15.691,02	58.407,83	377.366,48
	ELETRONUCLEAR	155.563,12	32.511,30	10.129,11	11.433,28	20.810,75	23.050,50	253.498,05
	NUCLEP	30.265,76	8.979,38	258,91	3.926,61	17.566,45	13.655,87	74.652,98
	NUCLEOS	9.160,74	0,00	204,09	0,00	295,92	983,98	10.644,74
	Total		389.379,08	96.528,12	33.685,46	46.107,27	54.364,15	96.098,18
TOTAL 2002	INB	2.332.673,44	660.449,36	277.120,19	368.968,65	188.292,25	700.893,92	4.528.397,81
	ELETRONUCLEAR	1.866.757,45	390.135,56	121.549,27	137.199,32	249.728,98	276.606,02	3.041.976,60
	NUCLEP	363.189,16	107.752,52	3.106,95	47.119,27	210.797,43	163.870,39	895.835,72
	NUCLEOS	109.928,86	0,00	2.449,13	0,00	3.551,08	11.807,78	127.736,85
	Total		4.672.548,91	1.158.337,44	404.225,54	553.287,24	652.369,74	1.153.178,11

No quadro a seguir apresentamos a média mensal de número de benefícios pagos, separados por tipo e pela empresa de origem do beneficiário.





RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA EXECUTIVA - EXERCÍCIO DE 2002

MÉDIA MENSAL

	EMPRESA	TEMPO CONTRIBUIÇÃO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ	AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	TOTAL
MÉDIA MENSAL	INB	227	48	28	37	20	83	443
	ELETRONUCLEAR	82	13	4	7	14	24	144
	NUCLEP	45	11	1	8	36	20	121
	NUCLEOS	12	0	1	0	0	2	15
	Total	366	72	34	62	70	129	723

As suplementações mantidas pelo Instituto, de acordo com o disposto no art. 17 do Plano Básico de Benefícios - PBB, são reajustadas nas mesmas épocas e proporções dos benefícios garantidos pela Previdência Social. Em junho de 2002 as suplementações foram reajustadas em 9,20%.

As receitas previdenciárias estão representadas pelo valor nominal das contribuições oriundas das patrocinadoras e dos participantes do NUCLEOS e são destinadas à formação de reservas e de fundos técnicos necessários ao pagamento de benefícios.

Valores em R\$

Meses	Patrocinadora	PATROCINADORA			PARTICIPANTES			TOTAL GERAL
		Extraordinária (10,067%)	Normal (0,943%)	Total	Ativos	Assistidos	TOTAL	
MÉDIA MENSAL	INB	174.190,32	16.284,49	190.474,80	86.218,49			951.398,36
	ELETRONUCLEAR	307.633,71	28.759,65	336.393,36	146.851,77			
	NUCLEP	84.869,04	7.934,13	92.803,18	37.000,15			
	NUCLEOS	5.352,23	500,35	5.852,58	2.030,67	34.189,41	325.874,43	
	ATIVO DESVINCULADO	-	-	-	19.583,94			
	TOTAL	572.045,30	53.478,62	625.523,92	291.685,02			
TOTAL DE 2002	INB	2.264.474,12	211.698,32	2.476.172,44	1.120.840,31			12.333.989,24
	ELETRONUCLEAR	3.999.238,25	373.875,49	4.373.113,74	1.909.073,03			
	NUCLEP	1.103.297,55	103.143,75	1.206.441,30	481.001,99			
	NUCLEOS	69.579,02	6.504,51	76.083,53	26.398,71	410.272,96	4.202.178,23	
	ATIVO DESVINCULADO	-	-	-	254.591,23			
	TOTAL	7.436.588,94	695.222,07	8.131.811,01	3.791.905,27			

Handwritten signature and initials.



RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA EXECUTIVA - EXERCÍCIO DE 2002

MÉDIA MENSAL

	EMPRESA	TEMPO CONTRIBUIÇÃO	ESPECIAL	IDADE	INVALIDEZ	AUXÍLIO DOENÇA	PENSÃO	TOTAL
MÉDIA MENSAL	INB	227	48	28	37	20	83	443
	ELETRONUCLEAR	82	13	4	7	14	24	144
	NUCLEP	45	11	1	8	36	20	121
	NUCLEOS	12	0	1	0	0	2	15
	Total	366	72	34	62	70	129	723

As suplementações mantidas pelo Instituto, de acordo com o disposto no art. 17 do Plano Básico de Benefícios - PBB, são reajustadas nas mesmas épocas e proporções dos benefícios garantidos pela Previdência Social. Em junho de 2002 as suplementações foram reajustadas em 9,20%.

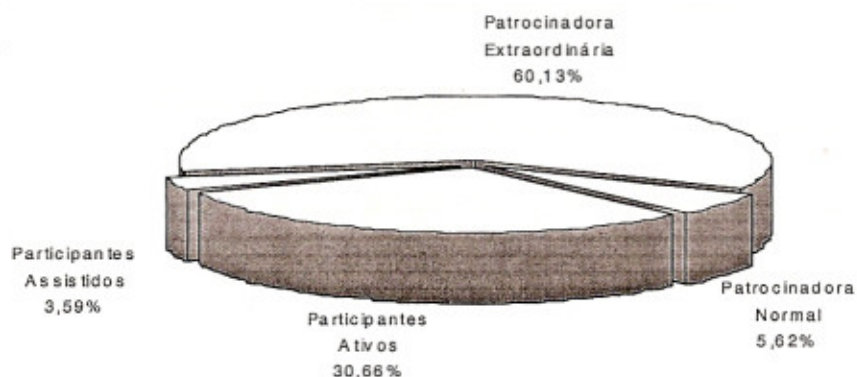
As receitas previdenciárias estão representadas pelo valor nominal das contribuições oriundas das patrocinadoras e dos participantes do NUCLEOS e são destinadas à formação de reservas e de fundos técnicos necessários ao pagamento de benefícios.

Valores em R\$

Meses	Patrocinadora	PATROCINADORA			PARTICIPANTES			TOTAL GERAL
		Extraordinária (10,067%)	Normal (0,943%)	Total	Ativos	Assistidos	TOTAL	
MÉDIA MENSAL	INB	174.190,32	16.284,49	190.474,80	86.218,49			951.398,36
	ELETRONUCLEAR	307.633,71	28.759,65	336.393,36	146.851,77			
	NUCLEP	84.869,04	7.934,13	92.803,18	37.000,15			
	NUCLEOS	5.352,23	500,35	5.852,58	2.030,67	34.189,41	325.874,43	
	ATIVO DESVINCULADO	-	-	-	19.583,94			
	TOTAL	572.045,30	53.478,62	625.523,92	291.685,02			
TOTAL DE 2002	INB	2.264.474,12	211.698,32	2.476.172,44	1.120.840,31			12.333.989,24
	ELETRONUCLEAR	3.999.238,25	373.875,49	4.373.113,74	1.909.073,03			
	NUCLEP	1.103.297,55	103.143,75	1.206.441,30	481.001,99			
	NUCLEOS	69.579,02	6.504,51	76.083,53	26.398,71	410.272,96	4.202.178,23	
	ATIVO DESVINCULADO	-	-	-	254.591,23			
	TOTAL	7.436.588,94	695.222,07	8.131.811,01	3.791.905,27			

Handwritten signature and initials.

DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES



As despesas previdenciárias do NUCLEOS representam o necessário atendimento aos compromissos firmados pelo Instituto junto aos seus participantes. Nos quadros apresentados anteriormente percebe-se que essa despesa previdenciária no ano de 2002 foi de R\$ 8,6 milhões, incluindo abonos, inferior à receita com contribuições das patrocinadoras e participantes (ativos e assistidos), que foi de R\$ 12 milhões.



4. PROGRAMA ASSISTENCIAL

O NUCLEOS-SAÚDE é um programa de assistência destinado a cobrir despesas médicas, realizadas pelo seu conjunto de usuários ou seus respectivos dependentes, obedecidas as normas e as tabelas adotadas, em concordância com a legislação vigente.

O NUCLEOS-SAÚDE, devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar, é responsável pela operação dos planos existentes, dando cobertura aos seus usuários através das seguintes segmentações: hospitalar com obstetria, com acomodação em enfermaria ou quarto; ambulatorial e hospitalar com obstetria, também, com acomodação em enfermaria ou quarto.

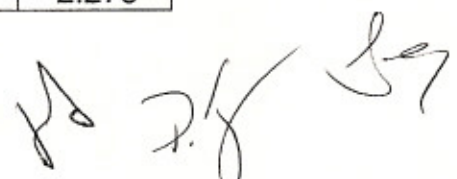
Entre ativos, dependentes e agregados, o NUCLEOS SAÚDE encerrou o exercício com 2.273 usuários. Este número representa um crescimento da ordem de 8,44% em relação ao exercício anterior. No quadro abaixo apresentamos a distribuição de usuários por empresa e categoria:

DISTRIBUIÇÃO DA MASSA DE ASSOCIADOS

CATEGORIA	INB	ELETRONUCLEAR	NUCLEP	NUCLEOS	ASSISTIDOS	ATIVO-DESVINCULADO	TOTAL
TITULAR	161	476	21	19	212	16	905
DEPENDENTE	159	612	27	27	183	16	1.024
AGREGADO	63	164	10	11	83	13	344
TOTAL	383	1.252	58	57	478	45	2.273

No que se refere a idade e sexo, a massa de usuários está assim distribuída:

EMPRESA	SEXO		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
0 -17	156	153	309
18 -29	229	241	470
30- 39	122	135	257
40- 49	241	204	445
50- 59	205	228	433
60- 69	67	78	145
70 e mais	158	57	214
TOTAL	1.178	1.096	2.273



Da análise do quadro anterior, verificamos que 54% do total de usuários têm idade igual ou superior a 40 anos, indicando forte tendência ao aumento da sinistralidade do plano, aumento este comprovado pela evolução das despesas. De 1999 para 2000, por exemplo, as despesas cresceram mais de 95%.

Por outro lado, com a transferência da gestão do plano para o próprio Instituto, com a contratação de técnicos especializados e a implementação de mecanismos de controle, sem falar no apoio do conjunto de usuários, temos conseguido controlar o crescimento das despesas. A despesa no encerramento do exercício atingiu o montante de R\$ 819.217,30, representando redução de 0,44% em relação ao exercício de 2001 (R\$ 822.781,16).

Já as receitas, em função do pequeno crescimento da massa de usuários, não têm sido suficientes para cobertura das despesas, fato identificado nos anos de 2000 e 2001. Em 2002, após a implementação do Plano Enfermaria, fechamos o exercício com uma pequena folga de aproximadamente R\$ 5.000,00.

Tudo isso concorreu para o pequeno crescimento do Fundo Operacional em 17,71%, bem abaixo, por exemplo, do IGP-M, que acumulou um resultado de 25,31% em dezembro/2002.

Na tabela a seguir apresentamos a evolução do referido fundo nos últimos três anos:

ANO	2000	2001	2002
Saldo do Fundo (R\$)	983.482,93	815.671,17	961.006,06

Independentemente dos resultados apresentados, o NUCLEOS SAÚDE no exercício de 2002 efetuou 7.288 atendimentos, significando o pleno cumprimento de seus objetivos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	N ^o de Atendimentos
Consultas	1.071
Exames	4.997
Internações Clínicas	58
Internações Cirúrgicas	28
Fisioterapias	1.049
Diálise	11
Quimioterapia	17
Procedimentos	54
Remoções	3
Total	7.288

5. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

Os recursos patrimoniais do NUCLEOS encontram-se aplicados em observância aos requisitos legais regidos pelo disposto na Lei Complementar 109, de 29/05/01, e conforme as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN BACEN nº 2.829/01, de 29/03/01, com as alterações das Resoluções CMN 2.850, de 02/07/01, CMN nº 2.910, de 29/11/01, CMN nº 2.922, de 17/01/02 e CMN nº 3.055, de 19/12/02, que regulamentam as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Em 31 de dezembro de 2002, os investimentos do NUCLEOS estavam distribuídos, em relação ao limite legal, da seguinte forma:

Tipo de Aplicação	Dezembro 2002		Máximo Legal (%)
	Valor em R\$ Mil	Part %	
Total do Programa de Investimentos	314.709	100,00	-
Renda Fixa	229.701	72,99	100
Renda Variável	50.703	16,11	45
Investimentos Imobiliários	23.528	7,48	16
Empréstimos a Participantes	8.462	2,69	10
Outros Realizáveis	2.315	0,73	-

Quanto à rentabilidade dos investimentos, comparativamente aos indicadores econômicos e de mercado, os resultados obtidos no exercício foram os seguintes:



Item	Descrição	% Acumulado Jan/Dez-2002
Indicadores Econômicos		
1	TR	2,77
2	INPC	14,74
3	IGP-DI	26,41
4	IGPM	25,31
5	IPCA	12,53
6	CDI	19,09
7	IBVSP	(17,78)
Rentabilidade		
1	Renda Fixa	21,51
2	Renda Variável	(2,53)
3	Investimentos Imobiliários	5,69
4	Empréstimos a Participantes (*)	19,57 / 18,93
Mínimo Atuarial (INPC+6%)		21,62

(*) TR+6% (contratos até 2001) / INPC+6% a.a. (contratos após 2001), calculados com o INPC defasado de 02 meses, com um mínimo atuarial, do mesmo período, de 16,88%.

A carteira de Renda Fixa auferiu rendimento de 21,51%, com 0,09 pontos percentuais abaixo do mínimo atuarial, que alcançou no exercício 21,62%. A carteira manteve-se acima do CDI, que atingiu 19,09%, em função de sua composição e da rentabilidade apurada nos fundos.

As aplicações em Renda Variável apresentaram desempenho superior ao registrado pelo IBOVESPA, em decorrência da política de investimentos adotada pelo NUCLEOS, que prioriza as aplicações em ações de liquidez, nos setores de telecomunicações, petróleo, energia e mineração. A estratégia privilegiou a busca da maximização de resultados e diluição dos riscos, tendo a carteira do Instituto auferido rentabilidade negativa de apenas 2,53% em comparação à do IBOVESPA, que apresentou queda de 17,78% em 2002.





Ao longo do exercício foi implementada a Carteira de Movimentação Dinâmica – CMD, com a criação da Comissão CMD, no âmbito do Comitê Consultivo de Investimentos – CCI, integrada pelos membros da Diretoria Executiva, responsável pelo acompanhamento permanente do mercado e da realização das operações de giro dos papéis, conforme autorizados pelo CCI.

As operações realizadas na CMD apresentaram um ganho da ordem de R\$ 4.672 mil, com a venda de papéis da Petrobrás e da Vale do Rio Doce.

Com a política de investimentos em papéis das empresas com bons fundamentos econômico-financeiros, boa liquidez e uma política de distribuição de lucros agressiva, as receitas com dividendos e juros sobre o capital próprio atingiram o montante de R\$ 2.143 mil.

Na carteira de Renda Fixa, com a elevação das taxas de inflação ao longo do exercício, buscamos diversificar investindo em papéis atrelados aos índices gerais de preço, tanto através dos fundos de gestão terceirizada quanto na carteira própria. Nesta última destacam-se as aplicações em debêntures de emissão da Petrobrás, cujas taxas ficam na faixa de 11% a.a., além da variação do IGP-M.

Em decorrência de acordo judicial homologado pelo MM. Juiz da 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro, o NUCLEOS conseguiu garantir a recuperação de parte dos investimentos realizados em títulos de emissão do Estado de Alagoas, que haviam sido integralmente provisionados para perda em função da inadimplência daquele Estado da Federação. O montante de R\$ 3.318 mil será pago em títulos de emissão do Tesouro Nacional, representando a recuperação de grande parte do valor investido para o qual as chances de sucesso na ação judicial de cobrança eram bastante reduzidas.

CARTEIRA IMOBILIÁRIA

Conforme determinado pela legislação vigente, os imóveis de propriedade do NUCLEOS, incluindo os shoppings, foram motivo de reavaliação neste exercício. Os laudos foram emitidos por empresa especializada, com larga experiência de mercado, e resultaram num ajuste líquido negativo, de R\$ 2,8 milhões, provenientes da reavaliação negativa dos shoppings, refletido no resultado do exercício.



– **BOTAFOGO**

Os imóveis situados nas ruas Real Grandeza, General Polidoro e Mena Barreto possuem grande valorização para incorporação visando a construção de unidades residenciais. Seus valores de avaliação foram de R\$ 2,8 milhões, R\$ 3,3 milhões e R\$ 6,0 milhões, respectivamente. A rentabilidade no exercício de 2002, considerando-se os valores de locação, atingiu a 21,18%.

– **PRAIA DO FLAMENGO, 200 – 7º ANDAR**

Esse imóvel foi disponibilizado, a partir de dezembro de 2002, para locação pelo valor mensal de R\$ 50.000,00, acrescido da taxa condominial, imposto predial territorial urbano e seguro.

O valor do aluguel tem como base laudo de avaliação, emitido pela BIRJ – Empresa Brasileira de Avaliações, em maio de 2002.

Em janeiro de 2003 foi assinado contrato de locação com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, com vigência de 36 meses, nas mesmas bases constantes do laudo de avaliação acima discriminadas.

– **RUA RODRIGO SILVA, 26 – 15º ANDAR**

Imóvel adquirido em 10 de abril de 2002, que passou a ser utilizado para abrigar a nova sede do Instituto, a partir de novembro de 2002. Seu custo, incluindo as obras necessárias à sua ocupação, pelo NUCLEOS, atingiu o montante de R\$ 905 mil.

Segundo estudos efetuados pelo Instituto, considerando as economias geradas com condomínio e IPTU em relação ao imóvel da Praia do Flamengo, acrescidas da receita de aluguel daquele imóvel, esse montante deverá retornar ao NUCLEOS em, aproximadamente, dezessete meses.

– **SHOPPING CENTERS**

– **LIGHT**

Após a troca do administrador do empreendimento foram efetuados levantamentos nas contas do shopping os quais possibilitaram, através de efetivo gerenciamento do fluxo de caixa, a diminuição substancial dos recursos enviados mensalmente pelos consorciados. Desta forma, a partir de abril de 2002, não foi mais necessária a transferência de recursos a título de cobertura de déficit condominial.

A elevada vacância existente no shopping, cerca de 50% das lojas, foi motivo de estudo pela administração que detectou a necessidade de obras de revitalização, visando o aumento de lojas locadas que, se espera, venha permitir a obtenção de resultados positivos no empreendimento.

Assim, em assembléia realizada em 08 de agosto de 2002, decidiram os consorciados, por unanimidade, aprovar a realização de obras de revitalização, no montante estimado de R\$ 800.000,00, que compreenderão: a) implantação de um estacionamento; b) instalação de novas escadas rolantes; c) novo projeto para a praça de alimentação com realocação do seu espaço; d) limpeza da fachada externa do prédio e e) instalação de um letreiro externo.

Atualmente encontra-se em fase operacional o estacionamento, e também estão sendo elaborados os demais projetos referentes às obras de revitalização.

Cabe ressaltar que, contratada pelo NUCLEOS, a BIRJ – Empresa Brasileira de Avaliações - elaborou estudo de viabilidade econômico-mercadológica do shopping, que serviu de base para a decisão da Diretoria Executiva quanto às obras de reestruturação do empreendimento.

Estão em andamento negociações com um grupo empresarial interessado em adquirir a participação total do empreendedor inicial, cerca de 48% das cotas, que poderá facilitar, sobremaneira, a alavancagem dos negócios do shopping.

É importante destacar que o valor total do empreendimento, no atual estágio, segundo laudo de avaliação emitido pela BIRJ, é de R\$ 15 milhões. Por essa avaliação, o NUCLEOS ajustou o valor desse investimento que representou um prejuízo de R\$ 6,3 milhões, em 31/12/2002, correspondentes aos 15% de participação do Instituto no empreendimento.

O NUCLEOS, no exercício de 2002, efetuou o pagamento de R\$ 200.138,32, referente ao custo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, relativo à transferência do direito real de uso do imóvel onde está instalado o Shopping Light, que não foi efetuado na época adequada pela diretoria responsável pela aquisição do shopping. Neste total está incluída a quantia de R\$ 36.325,00, de juros e multa.

– SANTANA

Com inauguração prevista para 30 de abril de 2000, encontra-se com as obras paralisadas há, aproximadamente, três anos, em virtude da frágil capacidade financeira da empresa responsável pela construção. No final de 2001 e no decorrer do exercício de 2002, foram mantidas negociações com dois grupos empresariais, interessados em assumir a participação do empreendedor inicial, o que possibilitaria a inauguração do shopping, em outubro de 2003. No entanto, por não ter havido acordo com um dos condôminos, essas negociações resultaram frustradas, permanecendo as obras paralisadas.

Diante desse fato, a diretoria do Instituto, em outubro de 2002, iniciou contatos com escritório de advocacia especializado objetivando impetrar ação contra a SCS –

Desenvolvimento de Shopping Centers Ltda., empresa responsável pela construção do empreendimento, visando a cobrança da garantia contratual pela não conclusão das obras. No encerramento do exercício estavam sendo ultimadas as providências necessárias à consecução da ação.

A perda registrada pelo NUCLEOS para esse investimento, em 31/12/2002, foi de R\$ 4,0 milhões, considerando-se a participação de 16%, de propriedade do Instituto, sobre a avaliação de R\$ 25 milhões para o total do empreendimento.

- FUNDO IMOBILIÁRIO ESTAÇÃO PLAZA SHOW

O montante investido originalmente no Fundo, no ano de 1997, foi de R\$ 6,2 milhões que, após o ajuste efetuado no exercício de 2001, teve seu valor reduzido para R\$ 871 mil, em 31 de dezembro daquele exercício. Dessa forma, o prejuízo registrado para esse investimento ao longo de cinco anos atingiu o montante de R\$ 5,4 milhões, tomando-se por base o valor registrado em dezembro de 2002 que é de R\$ 801 mil.

Em 26 de abril de 2002, a Diretoria do NUCLEOS, através do escritório Andrade & Fichtner Advogados ingressou com ação, na Justiça Federal, com o objetivo de desfazer o negócio com o conseqüente ressarcimento do valor originalmente aplicado, que atualizado pelo mínimo atuarial representa R\$ 12,5 milhões, base dezembro/2002.

- EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A Diretoria do NUCLEOS, a partir de janeiro de 2002, implantou a reformulação na sua carteira de empréstimo, visando adequá-la à Resolução CMN BACEN nº 2.829, de 30/03/2001, a qual determina que a sua rentabilidade não poderá ser inferior ao Mínimo Atuarial. A seguir, destacamos as principais alterações:

- aumento do valor máximo de empréstimo para participantes ativos, passando de três remunerações para 80% da reserva de poupança;
- aumento do valor máximo de empréstimo para participantes aposentados, passando de 2,5 remunerações para 3,5 remunerações;
- aumento do valor máximo de empréstimo para pensionistas, passando de 1 remuneração para 3,5 remunerações;
- redução substancial da taxa de administração passando de 0,95% para 0,25% ao mês;

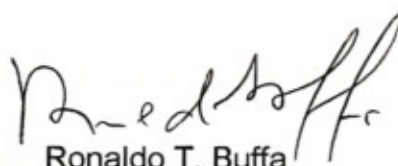


- redução no valor da prestação mínima a ser paga mensalmente, passando de 5% do valor do empréstimo para 3,5% desse valor, possibilitando o aumento do prazo estimado de liquidação, de 26 meses para 42 meses;
- alteração do indexador de atualização monetária de TR para INPC (Resolução CMN BACEN nº 2.829, de 30/03/2001).

Em 2002 houve um aumento, em relação ao final de 2001, de 51,24% no saldo dos empréstimos a participantes, enquanto o aumento no número de contratos foi de apenas 7,21%. A relação de saldo por contrato passou de R\$ 4.233,36 no final de 2001 para R\$ 5.972,03 no final de 2002, resultando em um aumento de 41,07%.

Meses	Saldo da Carteira		Nº de Contratos		Relação Saldo por Contrato	
	R\$	Variação	Qtd.	Variação	R\$	Variação
Dezembro/2001	5.579.568,66	51,24%	1318	7,21%	4.233,36	41,07%
Dezembro/2002	8.438.473,95		1413		5.972,03	

A rentabilidade acumulada no ano de 2002 da carteira de empréstimo do NUCLEOS foi de 19,57%, para os empréstimos indexados pela TR, que em dezembro de 2002 representavam 548 contratos, e de 18,93% para os empréstimos indexados ao INPC, que em dezembro de 2002 representavam 901 contratos.



Ronaldo T. Buffa
Presidente



Paulo R. A. Figueiredo
Diretor de Benefícios



Fernando Teixeira
Diretor Financeiro

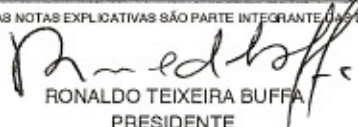
II. **BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES**

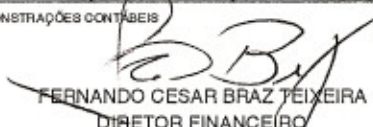
- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Resultado
- Demonstração do Fluxo Financeiro
- Notas Explicativas

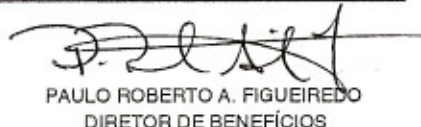
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
R\$ MIL


A T I V O	EXERCÍCIO		P A S S I V O	EXERCÍCIO	
	2002	2001		2002	2001
DISPONÍVEL	25	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL	893	23.619
REALIZÁVEL	338.040	435.138	PROGRAMA PREVIDENCIAL	3	7
PROGRAMA PREVIDENCIAL	22.500	91.802	PROGRAMA ASSISTENCIAL	143	465
PROGRAMA ASSISTENCIAL	136	53.685	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	725	2.236
PROGRAMA ADMINISTRATIVO	695	286	PROGRAMA DE INVESTIMENTO	22	20.911
PROGRAMA DE INVESTIMENTO	314.709	289.365	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
RENDA FIXA	229.701	211.416	PROGRAMA PREVIDENCIAL	0	0
RENDA VARIÁVEL	50.703	47.785	PROGRAMA ASSISTENCIAL	0	0
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	23.528	24.564	PROGRAMA ADMINISTRATIVO	0	0
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	8.462	5.600	PROGRAMA DE INVESTIMENTO	0	0
OPERAÇÕES COM PATOCINADORAS	0	0	EXIGÍVEL ATUARIAL	351.671	298.884
OUTROS REALIZÁVEIS	2.315	0	PROVISÕES MATEMÁTICAS	351.671	298.884
PERMANENTE	407	192	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	115.205	83.658
IMOBILIZADO	259	147	BENEFÍCIOS A CONCEDER	312.280	283.404
DIFERIDO	148	45	(-)PROV.MATEMÁT.A CONSTITUIR	(75.814)	(68.178)
			RESERVAS E FUNDOS	-14.092	112.828
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	-107.126	35.821
			RESULTADOS REALIZADOS	-107.126	35.821
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0	35.821
			(-)DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(107.126)	0
			FUNDOS	93.034	77.007
			PROGRAMA PREVIDENCIAL	91.486	75.220
			PROGRAMA ASSISTENCIAL	990	1.557
			PROGRAMA ADMINISTRATIVO	407	192
			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	151	38
TOTAL DO ATIVO	338.472	435.331	TOTAL DO PASSIVO	338.472	435.331

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS


 RONALDO TEIXEIRA BUFFA
 PRESIDENTE
 CPF.: 120.271.206-10


 FERNANDO CESAR BRAZ TEIXEIRA
 DIRETOR FINANCEIRO
 CPF.: 562.896.187-88


 PAULO ROBERTO A. FIGUEIREDO
 DIRETOR DE BENEFÍCIOS
 CPF.: 378.777.477-72


 LUIS PEREIRA DE FREITAS
 CONTADOR CRC Nº RJ-034.521/O-9
 CPF.: 215.018.587-34



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	2002	2001		2002	2001
PROGRAMA PREVIDENCIAL			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) RECURSOS COLETADOS	41.887	34.222	(w-) RENDA FIXA	43.023	31.538
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(156.277)	(8.002)	(w-) RENDA VARIÁVEL	992	(612)
(-/+) CONST./REVER.DE CONTINGÊNCIAS	0	0	(w-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	(2.106)	400
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(A) (1.513)	(1.056)	(w-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	962	397
(+) RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA ADM.	403	0	(w-) RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL	(404)	(154)
(w-) RESULTADOS DOS INVEST. PREVIDENCIAIS	41.606	28.510	(w-) RELACIONADAS COM TRIBUTOS	(1.100)	0
(-/+) CONST./REVER.DE PROV.ATUARIAIS	(52.767)	(54.092)	(w-) OUTRAS EXIGIBILIDADES	0	0
(-/+) FORM./REVERSÃO DE FUNDOS	(16.266)	(10.380)	(w-) OUTROS INVESTIMENTOS	2.315	0
(w-) OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	0	0	(w-) CONST./REVER.DE CONTINGÊNCIAS	(114)	(1.291)
(w-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(142.947)	(10.798)	(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(A) (1.533)	(1.464)
PROGRAMA ASSISTENCIAL			(w-) RESULTADOS RECEB./TRANSF.P./OUTROS PROGRAMAS	(41.942)	(28.604)
(+) RECURSOS COLETADOS	1.869	3.225	(w-) OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	0	0
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(1.552)	(2.754)	(-) CONSTITUIÇÕES(REVERSÕES) DE FUNDOS	113	10
(-/+) CONST./REVER.DE CONTINGÊNCIAS	0	0			
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	(A) (250)	(460)			
(+) RECURSOS ORIUNDOS DO PROG ADM.	0	0			
(w-) RESULTADOS DOS INVEST. ASSISTENCIAIS	226	220			
(w-) OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(960)	0			
(w-) CONSTITUIÇÕES(REVERSÕES) DE FUNDOS	(567)	231			
PROGRAMA ADMINISTRATIVO					
(+) RECURSOS ORIUNDOS DE OUTROS PROGRAMAS	(A) 3.296	2.960			
(+) RECEITAS	526	597			
(-) DESPESAS	(3.314)	(3.613)			
(w-) CONST./REVER.DE CONTINGÊNCIAS	(403)	0			
(-) RECURSOS TRANSF.P/ PROG.PREVID/ASSIST.	0	0			
(w-) RESULTADOS DOS INVEST. ADMINISTRATIVOS	(110)	74			
(w-) OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	0	0			
(w-) CONSTITUIÇÕES(REVERSÕES) DE FUNDOS	215	38			

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ronaldoff
RONALDO TEIXEIRA BUFFA
 PRESIDENTE
 CPF.: 120.271.206-10

Fernando Cesar Braz Teixeira
FERNANDO CESAR BRAZ TEIXEIRA
 DIRETOR FINANCEIRO
 CPF.: 562.896.187-68

Paulo Roberto A. Figueiredo
PAULO ROBERTO A. FIGUEIREDO
 DIRETOR DE BENEFÍCIOS
 CPF.: 378.777.477-72

Luís Pereira de Freitas
LUÍS PEREIRA DE FREITAS
 CONTADOR CRC Nº RJ-034.521/O-9
 CPF.: 215.018.587-34




DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

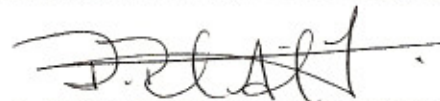
R\$ MIL


DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO		DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
(+/-) PROGRAMA PREVIDENCIAL	8.011	3.828	(+/-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(4.922)	(1.549)
(+) ENTRADAS	164.393	11.829	(+) ENTRADAS	519	601
(+) RECURSOS COLETADOS	41.887	24.103	(+) RECEITAS	526	597
(-) RECURSOS A RECEBER	122.506	(12.333)	(-) RECEITAS A RECEBER	(7)	4
(+) RECURSOS FUTUROS	0	0	(+) RECEITAS FUTURAS	0	0
(+) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	0	59	(+) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	0	0
(-) SAÍDAS	(156.382)	(8.001)	(-) SAÍDAS	(5.441)	(2.150)
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(156.277)	(8.001)	(-) DESPESAS	(3.314)	(3.613)
(+) UTILIZAÇÕES A PAGAR	0	0	(+) DESPESAS A PAGAR	(1.532)	1.579
(-) UTILIZAÇÕES FUTURAS	0	0	(-) DESPESAS FUTURAS	(123)	(42)
(-) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	(105)	0	(-) PERMANENTE	(215)	(39)
			(-) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	(257)	(35)
(+/-) PROGRAMA ASSISTENCIAL	(420)	4.395	(+/-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(2.645)	(6.695)
(+) ENTRADAS	2.167	7.099	(+/-) RENDA FIXA	24.739	(15.547)
(+) RECURSOS COLETADOS	1.869	13.344	(+/-) RENDA VARIÁVEL	(2.785)	7.380
(-) RECURSOS A RECEBER	0	(6.298)	(+/-) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	(212)	1.223
(+) RECURSOS FUTUROS	0	0	(+/-) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	(1.880)	(446)
(+) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	298	53	(+/-) RELACIONADOS COM O DISPONÍVEL	(404)	(129)
(+) OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	0		(+/-) RELACIONADOS COM TRIBUTOS	(21.989)	20.886
(-) SAÍDAS	(2.587)	(2.704)	(+/-) OUTROS INVESTIMENTOS	0	0
(-) RECURSOS UTILIZADOS	(1.553)	(2.756)	(+/-) CONSTITUIÇÕES/REVER. DE CONTINGÊNCIAS	(114)	(20.062)
(+) UTILIZAÇÕES A PAGAR	(152)	79			
(-) UTILIZAÇÕES FUTURAS	(23)	27			
(-) OUTROS REALIZÁVEIS/EXIGIBILIDADES	0	(54)			
(-) OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(859)	0			
			(=) FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	24	(21)
			(=) VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	24	(21)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS


RONALDO TEIXEIRA BUFFA
PRESIDENTE
CPF.: 120.271.206-10


FERNANDO CESAR BRAZ TEIXEIRA
DIRETOR FINANCEIRO
CPF.: 562.896.187-68


PAULO ROBERTO A. FIGUEIREDO
DIRETOR DE BENEFÍCIOS
CPF.: 378.777.477-72


LUIS PEREIRA DE FREITAS
CONTADOR - CRC Nº RJ-034.521/O-9
CPF.: 215.018.587-34



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2002

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 22 de dezembro de 1978, de acordo com escritura lavrada em cartório, nos termos da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei complementar nº 109/2001, de 29 de maio de 2001, e obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, através da Secretaria de Previdência Complementar e de resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional.

A Entidade tem como objetivo principal garantir à seus participantes e respectivos beneficiários a suplementação dos benefícios concedidos pela Previdência Social.

Os recursos de que o NUCLEOS dispõe para atender ao seu objetivo principal e para o seu funcionamento são oriundos de contribuições de suas patrocinadoras INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB (instituidora), ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, de seus participantes e dos rendimentos auferidos pelas aplicações desses recursos, que são efetuadas de acordo com o disposto na Resolução nº 2.829, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e com as alterações das Resoluções CMN nº 2.850, de 02 de julho de 2001, CMN nº 2.910, de 29 de novembro de 2001, CMN nº 2.922, de 17 de janeiro de 2002 e CMN 3.055, de 19 de dezembro de 2002.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do NUCLEOS foram elaboradas conforme as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, através da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, e implementadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002, e alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002, revogando, conforme o seu Artigo 3º, a Resolução CGPC nº 01, de 11 de maio de 1999 e, também, a Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998, republicada em 17 de fevereiro de 1999 e retificada em 17 de dezembro de 1999, e demais disposições em contrário.

Foi mantida a contabilização por programas Previdencial, Assistencial, Administrativo e de Investimentos, com as Transferências Interprogramas sendo permitidas, devendo ser obrigatoriamente registradas.

P. 14 *fe*
no *A*



3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas pelo NUCLEOS estão descritas a seguir:

3.1 - REGIME DE ESCRITURAÇÃO ADOTADO

O NUCLEOS adota o regime de competência de exercício para o registro das receitas e despesas.

3.2 - REALIZÁVEL PREVIDENCIAL

Estão registrados no realizável previdencial os valores a receber das patrocinadoras, descritos a seguir, deduzidos da provisão de direitos a receber de liquidação duvidosa.

3.2.1 – Contribuições do mês – São os valores relativos ao mês de competência, cujos repasses ocorrem até ao 2º dia útil após o pagamento da respectiva folha de salários de cada patrocinadora (R\$ 999 mil), bem como de autofinanciados (R\$ 50 mil), totalizando R\$ 1.049 mil.

3.2.2 - Contribuições em atraso (não contratadas) – Referem-se às parcelas devidas pelas patrocinadoras, atualizadas monetariamente até 31 de dezembro de 2002, de acordo com os parâmetros definidos no Estatuto e no Plano Básico de Benefícios, conforme a seguir:

INB – Composta pelas parcelas das dívidas relativas aos seguintes períodos:

a – março de 1999 a agosto de 1999, correspondendo ao saldo da atualização monetária, visto que as parcelas relativas ao principal foram quitadas até 14 de março de 2000 (R\$ 142 mil).

b – anterior a 31 de agosto de 1988 (R\$ 64.430 mil).

NUCLEP – Composta pelas parcelas das dívidas relativas aos seguintes períodos:

a – junho de 1995 a dezembro de 1996, correspondendo às contribuições da patrocinadora (R\$ 3.703 mil);

b – abril de 1997 a dezembro de 2000, relativas às contribuições da patrocinadora (R\$ 6.822 mil);

c – janeiro de 1995 a dezembro de 1996, referente ao montante do recálculo do salário de participação (R\$ 1.330 mil);

d – anterior a 31 de agosto de 1988 (R\$ 5.934 mil).





3.2.3 – Contribuições Contratadas – Registra o montante da dívida contratada com as patrocinadoras INB e NUCLEP, cujos contratos foram firmados em 27 de junho de 1995 e em 31 de dezembro de 1994, respectivamente, sendo atualizados monetariamente pela Taxa Referencial – TR, acrescidos de juros de 1% ao mês, tendo como cronograma de amortização das prestações, os seguintes períodos:

INB

- Julho de 1997 a abril de 2009, pertinente à dívida previdenciária, com parcelas a vencer de janeiro de 2003 até abril de 2009 (R\$ 6.662 mil).
- Junho de 1995 a setembro de 2008, pertinente à dívida assistencial, com parcelas a vencer de janeiro de 2003 até setembro de 2008 (R\$ 14.483 mil).

NUCLEP

- Fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, pertinente à dívida previdenciária, com todas as parcelas vencidas, e sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês (R\$ 16.538 mil).
- Fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, pertinente à dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, e sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês (R\$ 47.781 mil).

A patrocinadora INB quitou as parcelas vencidas de 31 de março de 1999 até 31 de maio de 2000, relativas à dívida previdenciária, e de 31 de março de 1999 até 28 de fevereiro de 2001, referentes à dívida assistencial, apenas pelo valor do principal, ou seja, o referido saldo de encargos financeiros não pagos permanece sendo atualizado monetariamente também pela TR mais 1% de multa ao mês (R\$ 139 mil, referente à previdenciária, e R\$ 674 mil, referente à assistencial).

3.2.4 – Provisão para Direitos a Receber de Liquidação Duvidosa

De acordo com o estabelecido nos itens 30 e 31, da Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002, foi constituída provisão equivalente a 100% dos valores relativos às contribuições em atraso, não contratadas, abrangendo os períodos anterior e posterior a 31 de agosto de 1988, bem como os Contratos de Confissão de Dívida Previdencial e Assistencial, cujas parcelas estão vencidas, todos com atrasos superiores a 360 dias, por conseguinte, enquadrados no item 31 do Anexo "E", subitem "d". O montante provisionado, corresponde aos seguintes valores:

	R\$ mil		
PERÍODOS/CONTRATOS	INB	NUCLEP	TOTAL
Até 31/08/88	64.430	5.934	70.364
Posterior a 31/08/88	142	11.855	11.997
Contrato em atraso - Previdencial	139	16.538	16.677
Contrato em atraso - Assistencial	674	47.781	48.454
Total	65.385	82.108	147.493

Handwritten signature and initials
Fl.: 6



3.2.5 – Outros Realizáveis – Correspondem aos outros valores a receber do Programa Previdencial, tais como: Contribuições e Jóias sobre 13º salário e Adiantamentos, (R\$ 306 mil).

3.2.6 – Quadro detalhando os valores das contribuições do mês, em atraso e contratadas, e outras realizáveis previdenciais:

RS MIL.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO DE 2002					TOTAL	EXERCÍCIO DE 2001
	INB	ELETRO	NUCLEP	SUB-TOTAL	AUTO FINANC.		
CONTRIBUIÇÕES DO MÊS	297	521	181	999	50	1.049	953
NÃO CONTRATADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.082
ANTERIOR A 31/08/88	64.430	0,00	5.934	70.364	0,00	70.364	60.728
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA	(64.430)	0,00	(5.934)	(70.364)	0,00	(70.364)	0,00
POSTERIOR A 31/08/88	142	0,00	11.855	11.997	0,00	11.997	10.354
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA	(142)	0,00	(11.855)	(11.997)	0,00	(11.997)	0,00
CONTRATADA	21.145	0,00	0,00	21.145	0,00	21.145	72.615
CONTRATO A VENCER	21.145	0,00	0,00	21.145	0,00	21.145	22.161
PREVIDENCIAL	6.662	0,00	0,00	6.662	0,00	6.662	6.750
ASSISTENCIAL	14.483	0,00	0,00	14.483	0,00	14.483	15.411
CONTRATO VENCIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.454
PREVIDENCIAL	139	0,00	16.538	16.677	0,00	16.677	12.912
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA	(139)	0,00	(16.538)	(16.677)	0,00	(16.677)	0,00
ASSISTENCIAL	674	0,00	47.781	48.455	0,00	48.455	37.542
(-)PROVISÃO P/LIQ.DUVIDOSA	(674)	0,00	(47.781)	(48.455)	0,00	(48.455)	0,00
OUTROS REALIZÁVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	306	0,00
TOTAL	21.442	521	181	22.144	50	22.500	144.650

3.3 - REALIZÁVEL ASSISTENCIAL

São registrados no realizável assistencial os valores a receber relacionados à operacionalização do respectivo programa, descritos como seguem:

3.3.1 – Contribuições do mês – Os valores relativos às contribuições dos participantes associados ao Nucleos-Saúde (R\$ 80 mil).

3.3.2 – Utilizações Futuras - Representam os outros valores a receber do Programa Assistencial, como o plano médico auto-sustentado (R\$ 56 mil).





3.4 - REALIZÁVEL ADMINISTRATIVO

São registrados no realizável administrativo os valores a receber relacionados à operacionalização do respectivo programa, correspondendo às despesas futuras, que consolidam os adiantamentos a empregados, a fornecedores e ao almoxarifado, assim como outros realizáveis, que representam os valores a receber dos empregados, relativos a vales- transporte, vales-refeição, assistência médica, convênios, débitos de patrocinadoras - valores a ressarcir, relacionados ao saldo do rateio do custo da ação ordinária de perdas e danos, movida contra a antiga Diretoria Executiva que exerceu seu mandato no período 95/96 (R\$ 695 mil).

3.5 – REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

3.5.1 - TÍTULOS DE RENDA FIXA

Conforme estabelecido nas Circulares do Banco Central do Brasil, nº 3.068, de 07 de novembro de 2001; nº 3.086, de 15 de fevereiro de 2002; nº 3.096, de 06 de março de 2002; nº 3.123, de 29 de maio de 2002 e Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos de renda fixa foram classificados como:

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Nos títulos mantidos até o vencimento, foram classificados, os Créditos Securitizados do Tesouro Nacional, Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, que são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2002.

Os ágios e deságios ocorridos na aquisição dos títulos foram corrigidos e apropriados ao resultado pro rata dia.

Para atendimento ao que estabelece o artigo 9º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, o NUCLEOS declara que tem capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria.

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Nos títulos para negociação, foram classificados todos os que integram os Fundos Exclusivos, que são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos das despesas diretas incorridas e ajustados ao valor de mercado com base na variação média diária.





No quadro a seguir, estão demonstrados os títulos, por modalidade e por categoria de avaliação, conforme determina a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002.

O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento, foi apurado com base em dados de negociação divulgados pela ANDIMA.

TÍTULOS	QUANT.	VALOR CONTÁBIL (R\$ MIL)	VALOR DE MERCADO (R\$ MIL)	CORREÇÃO	VENCIMENTO
CRÉD. SEC. TES. NAC.					
Eletrobrás	50.601	1.930	1.588	IGP-DI	16/03/2004
Supra	8.197	36.353	32.052	IGP-M+6%	01/09/2004
CDB					
BB pós	1.000	1.047	1.047	98,5% do CDI	07/10/2003
DEBÊNTURES					
Petrobrás	8.000	9.905	9.873	IGP-M+11%	01/08/2012
Petrobrás	6.000	6.968	6.961	IGP-M+10,3%	01/10/2010
Total		56.203	51.521		

3.5.2 - TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL

Mercado à Vista - As ações negociadas em bolsas de valores são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas de despesas diretas de corretagem e outras taxas e ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação média das ações no último dia de negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

A variação verificada na comparação entre o custo contábil e o valor de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Os dividendos oriundos das aplicações em ações são reconhecidos ao resultado por regime de competência.

3.5.3 – Os títulos de renda fixa e renda variável constantes da carteira do NUCLEOS estão custodiadas no Citibank que, a partir de janeiro de 2002, foi contratado para ser o custodiante/liquidante do NUCLEOS, para atender à Resolução CMN nº 2.829, de 30 de março de 2001.

3.5.4 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Registra os investimentos efetuados na carteira imobiliária, sendo deduzidos da depreciação (exceto terrenos), que é calculada pelo método linear à taxa de 2% ao ano e a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação. As instalações são registradas pelo custo de aquisição e depreciadas pelo método linear, à taxa de 10% ao ano.

De acordo com a Resolução CGPC nº 05, foram registrados no Exigível Contingencial os valores relativos às provisões e, conseqüentemente, aos depósitos judiciais, em conta retificadora, equivalentes a R\$ 1.138 mil (no exercício de 2001, R\$1.024 mil), relacionados à Medida Cautelar nº 348 - 5ª Vara de Fazenda Pública do Município do Rio de Janeiro, onde o NUCLEOS pleiteia sua imunidade tributária para o IPTU dos imóveis constantes da sua carteira.





Foi incorporado à carteira imobiliária do NUCLEOS o imóvel localizado na Rua Rodrigo Silva, nº 26 – 15º andar, Centro, adquirido em 08 de abril de 2002, com o objetivo de abrigar a nova sede, registrado contabilmente por R\$ 750 mil, sendo R\$ 735 mil o valor pago pelo imóvel e R\$ 15 mil o valor pago a título de ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis. Foram incorporados, também, ao custo do imóvel os valores relativos aos gastos com a obra, realizada para adequação da nova sede, importando em R\$ 169 mil.

3.5.5 - INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTERS

São representados pelos investimentos realizados no Shopping Light (R\$ 2.250 mil) e no Shopping Santana (R\$ 4.000 mil), ambos localizados na cidade de São Paulo, pelos valores já reavaliados.

Shopping Light – Após a troca do administrador do empreendimento, foram efetuados levantamentos nas contas do Shopping os quais possibilitaram, através de efetivo gerenciamento do fluxo de caixa, a diminuição substancial dos recursos enviados mensalmente pelos consorciados, chegando, a partir de abril de 2002, a não ser mais necessária a transferência de recursos a título de cobertura de déficit condominial.

A elevada vacância observada no Shopping, cerca de 50% das lojas existentes, foi motivo de estudo pela administração, que detectou a necessidade de obras de revitalização, visando o aumento de lojas locadas que, espera-se, venha a permitir a obtenção de resultados positivos no empreendimento.

Assim, em assembléia realizada em 08 de agosto de 2002, decidiram os consorciados, por unanimidade, aprovar a realização de obras de revitalização, no montante estimado de R\$ 800 mil, que compreenderão: a) implantação de um estacionamento; b) instalação de novas escadas rolantes; c) novo projeto para a praça de alimentação com realocação do seu espaço; d) limpeza da fachada externa do prédio e e) instalação de um letreiro externo.

Atualmente, encontra-se em operação o estacionamento e também estão sendo elaborados os demais projetos referentes às obras de revitalização.

Cabe ressaltar que, contratada pelo NUCLEOS, a BIRJ – Empresa Brasileira de Avaliações elaborou estudo de viabilidade econômico-mercadoológica do Shopping que serviu de base para a decisão da Diretoria Executiva, quanto às obras de reestruturação do empreendimento.

Shopping Santana – Com inauguração prevista para 30 de abril de 2000, encontra-se com as obras paralisadas há, aproximadamente, três anos, em virtude da frágil capacidade financeira da empresa responsável pela construção. No final de 2001 e no decorrer do exercício de 2002, foram mantidas negociações com dois grupos empresariais, interessados em assumir a participação do empreendedor inicial, o que possibilitaria a inauguração do Shopping, em outubro de 2003. No entanto, por não ter havido acordo com um dos condôminos, essas negociações resultaram frustradas, permanecendo as obras paralisadas.

Diante desse fato, a diretoria do Instituto retomou contatos com escritório de advocacia especializado com o objetivo de impetrar ação contra a SCS – Desenvolvimento de Shopping Centers Ltda., empresa responsável pela



construção do empreendimento para cobrança dos valores referentes à rentabilidade mínima garantida contratualmente.

3.5.6 – REAVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

A carteira imobiliária do NUCLEOS, exceto o imóvel localizado na Rua Rodrigo Silva, nº 26 – 15º andar Centro, adquirido em 08 de abril de 2002, foi reavaliada, conforme determinação das Resoluções, nº 2.829, de 30 de março de 2001, do CMN, e CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, realizada pela BIRJ – Empresa Brasileira de Avaliações, tendo seguido os preceitos básicos do IMETRO e ABNT, adotando, como base os métodos comparativos de dados de mercado e do custo de reposição. Os laudos de avaliação foram aprovados pela Diretoria Executiva, conforme ata da 333ª reunião, de 24 de outubro de 2002, e registrados contabilmente em dezembro de 2002, gerando uma variação negativa de R\$ 2.790 mil, absorvida no resultado de exercício, como indicado a seguir:

DESCRIÇÃO	EM R\$ mil		
	VALOR ANTES DA REAVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	AJUSTES EM 31/12/2002
USO PRÓPRIO	1.533	3.200	1.667
Praia do Flamengo, 200 – 7º andar	1.533	3.200	1.667
LOCADOS A PATROCINADORES	2.970	6.000	3.030
Rua Mena Barreto, 161	2.970	6.000	3.030
LOCADOS A TERCEIROS	3.344	6.185	2.841
Rua Real Grandeza, 301	1.824	2.835	1.011
Rua General Polidoro, 316	1.520	3.350	1.830
SHOPPING CENTER	16.578	6.250	(10.328)
Shopping Light	8.532	2.250	(6.282)
Shopping Santana	8.046	4.000	(4.046)
TOTAL	24.425	21.635	(2.790)

3.5.7 – FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Fundo Imobiliário C&D Estação Plaza Show - O montante investido originalmente no Fundo, no ano de 1997, foi de R\$ 6.228 mil que, após o ajuste efetuado no exercício de 2001, teve seu valor reduzido para R\$ 859 mil, em 31 de dezembro daquele exercício. Dessa forma, o prejuízo registrado para esse investimento, ao longo de cinco anos, atingiu o montante de R\$ 5.427 mil, tomando-se por base o valor registrado em dezembro de 2002, que é de R\$ 801 mil.

Em 26 de abril de 2002, a Diretoria do NUCLEOS, através do escritório Andrade & Fichtner Advogados, ingressou com ação na Justiça Federal com o objetivo de desfazer o negócio com o conseqüente ressarcimento do valor originalmente aplicado, devidamente atualizado.

 FL: 11 



3.5.8 - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Registra o montante dos empréstimos simples, concedidos aos participantes, amortizáveis mensalmente, com cláusula de atualização monetária pelo índice utilizado na determinação do "mínimo atuarial" (rentabilidade mínima dos ativos do Instituto), que no caso do NUCLEOS é o INPC acrescido de 6% ao ano, para os contratos assinados a partir de janeiro de 2002, conforme determina os dispositivos da Resolução CMN nº 2.829, de 30 de março de 2001, e com cláusula de atualização monetária pelo índice atribuído às cadernetas de poupança, com renda mensal, para os contratos assinados até dezembro de 2001. De acordo com o artigo 42 do Regulamento anexo à Resolução CMN citada, o limite para o Segmento Empréstimo e Financiamento a Participantes é de 10% em relação ao total dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2002, o referido percentual correspondia a 2,69% (1,94% em 31 de dezembro de 2001).

3.5.9 - COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2002, o NUCLEOS apresentava a seguinte composição de sua carteira de investimentos.

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RENDA FIXA	229.701	211.416
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	38.283	28.452
Aplicações em Instituições Financeiras	174.546	182.964
Títulos de Empresas	16.872	0
RENDA VARIÁVEL	50.703	46.926
Mercado de Ações	50.703	46.926
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	23.528	25.423
Edificações	16.477	8.186
Participações	6.250	16.378
Fundos de Investimentos	801	859
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	8.462	5.600
Empréstimos	8.462	5.600
OUTROS REALIZÁVEIS	2.315	0
Outros	2.315	0
TOTAL DO REALIZÁVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO	314.709	289.365

Ws. Dy Sz





3.6 – PERMANENTE

Registra os valores relativos aos bens destinados a dar suporte ao funcionamento do NUCLEOS na administração dos seus objetivos, compreendido pelos bens do Imobilizado, apresentando-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear a taxas em função da vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens, de acordo com a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, e pelo Diferido, onde ocorrem os registros dos gastos com software, que são amortizados à taxa de 20% ao ano, descritos como segue:

PERMANENTE	RS MIL		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	% DEPREC./AMORT. AO ANO
IMOBILIZADO	258	147	
Móveis e Utensílios	87	4	10%
Máquinas e Equipamentos	37	25	10%
Computadores e Periféricos	126	110	20%
Direitos de uso de Telefones	8	8	- 0 -
DIFERIDO	149	45	20%
TOTAL DO PERMANENTE	407	192	

3.7 - REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO – RET

A Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, que dispõe sobre a tributação, pelo Imposto de Renda, dos planos de benefícios de caráter previdenciário, no seu Artigo 2º, permitiu às Entidades de Previdência Complementar, abertas ou fechadas, a opção pelo Regime Especial de Tributação – RET, pelo qual o cálculo do imposto fica limitado, hoje, à alíquota de 12% da contribuição normal das patrocinadoras, em relação à aplicação do percentual de 20% sobre os rendimentos e ganhos das aplicações.

Por outro lado, no seu Artigo 5º, a referida Medida Provisória também possibilitou para as entidades optantes pelo RET a adesão à anistia de juros e multas sobre débitos referentes aos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal, mediante a desistência de ações judiciais contra os mesmos.

Com o objetivo de usufruir destes benefícios, o NUCLEOS promoveu a adesão ao Regime Especial de Tributação do Imposto de Renda, bem como à anistia do IR, PIS e COFINS, que permitiu o conseqüente pagamento do valor do principal do débito em até 06 (seis) parcelas, já quitadas, com o pagamento em 28 de junho de 2002, da 6ª e última parcela, totalizando desembolsos totais de R\$ 266 mil para o PIS, R\$ 1.158 mil para a COFINS e R\$ 21.529 mil para o IMPOSTO DE RENDA, respectivamente.

Em 04 de julho de 2002, a Secretaria da Receita Federal editou a Instrução Normativa nº SRF 170, que determinou a inclusão na base de cálculo para a apuração da contribuição do PIS e da COFINS das receitas de aluguéis e de reavaliação dos imóveis, como componentes daquela base, para efeito de incidência, retroativa a 1997, para cálculo do PIS, e 1999, para cálculo da COFINS, até a competência agosto de 2002.



Posteriormente, foi editada a Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, que prorrogou a anistia para o último dia útil do mês de setembro de 2002, desde que o pagamento fosse efetuado em parcela única, até aquela data, bem como excluiu da base de cálculo as receitas de aluguéis e de reavaliação dos imóveis, conforme seu artigo 35, com vigência a partir da data da publicação no Diário Oficial da União.

Por tal razão, o NUCLEOS efetuou o cálculo e recolhimento, em 30 de setembro de 2002, dos valores relativos aos períodos acima referidos, importando em R\$ 49 mil e R\$ 167 mil, relativos ao PIS e a COFINS, respectivamente.

3.8 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos assumidos pelo NUCLEOS em relação a seus participantes e o valor atual de receitas futuras previstas para cobertura daqueles compromissos, calculadas com base em informações relativas a junho de 2002 pela STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., empresa contratada pelo NUCLEOS, conforme Parecer de 04 de fevereiro de 2003.

3.8.1 – PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Destinadas à cobertura de compromissos previdenciários apurados na data de implantação do plano.

Tais compromissos refletem a anormalidade da distribuição etário-salarial, caracterizada pela alta frequência de grupos envelhecidos existentes à época da criação do NUCLEOS, com o respectivo custo atribuído exclusivamente às empresas patrocinadoras, pelo retardamento na criação do plano e a conseqüente falta de contribuição relativa aos serviços anteriores.

Assim, a Provisão Matemática a Constituir representa a segregação dos compromissos de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras, para cobertura dos encargos relativos aos tempos de serviços anteriores da geração atual.

Segue, abaixo, tabela indicando o comportamento dessas reservas matemáticas:

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PROVISÕES MATEMÁTICAS	351.671	298.884
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	115.205	83.658
Benefícios do Plano	115.205	83.658
BENEFÍCIOS A CONCEDER	312.280	283.404
Benefícios do Plano com a Geração Atual	334.492	308.050
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	(22.212)	(24.646)
Benefícios do Plano com as Gerações Futuras	-0-	-0-
(-) Outras Contribuições das Gerações Futuras	-0-	-0-
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(75.814)	(68.178)
(-) Serviço Passado	(75.814)	(68.178)



3.9 - RESULTADO ACUMULADO

Registra os valores relativos aos Resultados Realizados, apurados a cada ano, sendo destinado à formação de Reserva de Contingência, até o limite de 25% do valor das Provisões Matemáticas, quando se referirem a Superávit técnico. No encerramento do exercício que apresentar superávit a parcela que exceder esse limite será destinada à constituição de Reserva Especial para revisão do plano de benefícios da entidade, conforme determina o Artigo 20 da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001. No encerramento do exercício de 2002, o Resultado Realizado apurado apresentou um Déficit Técnico equivalente a R\$ 107.126 mil, no exercício de 2001 apresentava um Superávit Acumulado de R\$ 35.821 mil, absorvido na formação do déficit apurado.

Resultados Realizados	R\$ MIL	
	2002	2001
Superávit Técnico/(Déficit Técnico)	(107.126)	35.821
Até o exercício anterior	35.821	46.619
No exercício atual	(142.947)	(10.798)

Apresentamos a seguir a composição do Resultado Realizado:

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO REALIZADO	R\$ MIL	
	2002	2001
Resultado negativo do Programa Previdencial	(114.390)	26.220
Resultado positivo do Programa de Investimentos	41.606	28.510
Custeio Administrativo	(1.110)	(1.056)
Saldo Disponível para Constituições	(73.894)	53.674
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	(52.787)	(54.092)
Formação/Reversão de Fundos Previdenciais	(16.266)	(10.380)
Superávit Técnico/(Déficit Técnico)	(142.947)	(10.798)

3.10 - FUNDO PREVIDENCIAL

No exercício de 2000, foi constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos, originado da transferência dos recursos necessários à cobertura do montante das Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder atribuídas as Gerações Futuras, que, no caso do NUCLEOS, representavam um aumento dos seus compromissos. Este Fundo tem por objetivo neutralizar os efeitos da retração da massa de participantes, assim como os prejuízos patrimoniais gerados pelas mudanças na política econômica, interna e externa.

	R\$ MIL	
	2002	2001
Programa Previdencial	91.486	75.220



3.11 - FUNDO ASSISTENCIAL

Registra os valores constituídos com base no excedente verificado na apuração do resultado, com a finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços assistenciais.

	R\$ MIL	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Programa Assistencial	990	1.557

3.12 - FUNDO ADMINISTRATIVO

Registra os valores constituídos pelo excedente verificado na apuração do resultado, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura para a manutenção dos serviços administrativos.

	R\$ MIL	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Programa Administrativo	407	192

3.13 - FUNDO DE INVESTIMENTOS

Registra os valores relativos ao Fundo de Cobertura para Quitação de Empréstimos, constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado, com a finalidade de cobrir a quitação de saldos devedores de empréstimos, por morte dos respectivos mutuários.

	R\$ MIL	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Programa de Investimentos	151	38

3.14 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

De acordo com o Plano de Custeio Anual estabelecido na Avaliação Atuarial, o Custeio Administrativo será coberto pelo percentual de 15% das contribuições das patrocinadoras, dos participantes e assistidos.

As despesas administrativas são apropriadas entre os programas, na proporção do comprometimento de suas respectivas atividades em relação ao custeio total, de acordo com os seguintes percentuais: Programa Previdencial 47,34% e Programa de Investimentos 52,66%.





O Custeio Administrativo do Programa Previdencial, no exercício de 2002, totalizou R\$ 1.110 mil (R\$ 1.056 mil, no exercício de 2001), representando 8,97% das receitas previdenciais (9,82% no exercício de 2001).

Por sua vez, as despesas administrativas do Programa de Investimentos, totalizaram R\$ 1.533 mil (R\$ 1.464 mil, no exercício de 2001), representando 12,39% das receitas previdenciais (13,62% no exercício de 2001).

O total das despesas administrativas considerando os dois programas foi de R\$ 2.643 mil, no exercício de 2002 (R\$ 2.520 mil, no exercício de 2001), ou seja, 21,35% das receitas previdenciais (23,44%, no exercício de 2001).

3.15 - TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

Foram realizadas de acordo com a legislação vigente (Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, e alterada pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002). No Programa Previdencial, o item custeio administrativo reflete o valor das importâncias transferidas para a cobertura do respectivo custo com a operacionalização de suas atividades, controladas no Programa Administrativo através de centros de custos.

As transferências do Resultado Líquido dos Investimentos para os Programas Previdencial e Administrativo são efetuadas com base no rateio do referido resultado, proporcional ao patrimônio de cada programa, com base no mês anterior.

As transferências do Programa Assistencial para o Programa Administrativo, cuja finalidade destina-se à cobertura das despesas administrativas envolvidas com a atividade assistencial (Nucleos Saúde), são efetuadas através de contas próprias. As transferências do Programa de Investimento para o Programa Assistencial são efetuadas de acordo com os resultados obtidos com os recursos provenientes do Programa Assistencial.

3.16 – FATOS RELEVANTES

- Como o grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Portaria nº 385, de 31/07/2000, para avaliar, no âmbito do Governo Federal, o montante e a titularidade da dívida das patrocinadoras INB e NUCLEP para com o NUCLEOS, encerrou seus trabalhos sem chegar a uma solução, o Instituto ajuizou junto às 30ª e 38ª Varas Cíveis do Rio de Janeiro, ações de cobrança do montante de R\$ 147.493 mil relativos às contribuições em atraso, não contratadas, referentes aos períodos anterior e posterior a 31/08/88, bem como aos Contratos de Confissão de Dívida Previdencial e Assistencial, cujas parcelas estão em atraso.
- Conforme o laudo técnico de revisão de bases e forma de cálculo do IRRF do NUCLEOS, elaborado pelo escritório Martinelli Advocacia Empresarial S/C, foi apurado um valor de Imposto de Renda a compensar no montante de R\$ 2.132 mil, que atualizados pela taxa SELIC para 31/12/2002, foi ajustado para R\$ 2.315 mil, e reconhecido ao resultado em 31/12/2002.
- Por determinação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC-MPAS, através da Notificação de Fiscalização n.º 891/99, foi criada sob forma de

 Fl.: 17



- Por determinação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC-MPAS, através da Notificação de Fiscalização n.º 891/99, foi criada sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, a CAN - Caixa de Assistência do NUCLEOS.

A CAN - Caixa de Assistência do NUCLEOS tem por finalidade instituir e administrar serviços de natureza assistencial para o conjunto de todos os empregados das patrocinadoras.

3.17 – EVENTO SUBSEQÜENTE

- Em decorrência de acordo judicial homologado pelo MM. Juiz da 16ª. Vara Federal do Rio de Janeiro, o NUCLEOS recebeu, em fevereiro de 2003, 3.318 Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B, de emissão do Tesouro Nacional, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), como quitação dos seus créditos referentes ao investimento em Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Alagoas - LFT-AL, que haviam sido integralmente provisionado para perda por inadimplência daquele Estado da Federação.



III. ANEXOS

- Parecer dos Auditores Independentes
- Parecer do Atuário
- Parecer do Conselho Fiscal
- Parecer do Conselho Deliberativo

PAREÇER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. conselheiros e diretores
Núcleos - Instituto de Seguridade Social

- 1 Examinamos o balanço patrimonial do Núcleos - Instituto de Seguridade Social, levantado em 31 de dezembro de 2002 e a respectiva demonstração do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, expressas pelas normas contábeis específicas, aplicáveis no Brasil, da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. A determinação da composição do exigível atuarial foi conduzida sob a responsabilidade do consultor atuarial externo à entidade, e a nossa opinião, no que se refere à adequação dos cálculos atuariais, está baseada exclusivamente no parecer desse consultor.
- 2 Nosso exame foi conduzido em conformidade com as normas de auditoria no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer do atuário quanto à adequação dos cálculos atuariais (exigível atuarial), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Núcleos - Instituto de Seguridade Social, em 31 de dezembro de 2002, o resultado de suas operações e o fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, descritas na nota 3.

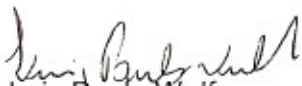
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. conselheiros e diretores
Núcleos - Instituto de Seguridade Social

- 4 Conforme descrito na nota 4.3, o Instituto registrou provisão de liquidação duvidosa de R\$ 147.493 mil sobre recebíveis de seus patrocinadores. O equilíbrio financeiro do Instituto a longo prazo dependerá do desfecho das ações judiciais descritas na nota 17, que visam a realização do referido montante.

- 5 As demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2001 apresentadas para fins de comparabilidade foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram parecer datado de 22 de fevereiro de 2002, contendo ressalva quanto a realização das dívidas das patrocinadoras no valor de R\$ 143.697 mil.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2003.


Luiz Paulo Wulf
Sócio-contador
CRC RJ - 068769-3
Trevisan Auditores
Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ



Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2003

STEA:- 167/2003/123

Ilmo.Sr.
Dr. Ronaldo Teixeira Buffa
M.D. Presidente do NUCLEOS

Ref.:- Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2002

Prezado Senhor,

As *Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos*, atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa assistida, montam a 115.205 (em milhares de reais), registrando-se os valores atuais dos seguintes fluxos:

1:- Benefícios do Plano	115.205
2:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios	(0)
3:- Outras Contribuições da Geração Atual	(0)

As *Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder* estão avaliadas em 312.280 milhares de reais, pelo método recorrente, a partir dos levantamentos de 30/06/2002, pressuposta a manutenção das taxas contributivas fixadas no plano de custeio vigente e com base nos valores atuais dos seguintes fluxos:

4:- Benefícios do Plano:	
4.1:- Geração Atual	334.492
4.2:- Gerações Futuras	(0)
5:- Contribuições dos Patrocinadores sobre Benefícios:	
5.1:- Geração Atual	(22.212)
5.2:- Gerações Futuras	(0)
6:- Outras Contribuições:	
6.1:- Geração Atual	(0)
6.2:- Gerações Futuras	(0)

Ainda, sob o título *Provisões Matemáticas a Constituir*, o Balanço consigna o valor em milhares de reais, (75.814).

Enfim, para maior garantia dos compromissos da entidade, foram registrados os fundos (em milhares de reais):

7:- no Programa Previdencial	91.486
8:- no Programa Administrativo	407
9:- no Programa Assistencial	990
10:- no Programa de Investimentos	151

Depreende-se do Balanço referenciado que, no encerramento, as obrigações do Passivo superaram o total dos bens do Ativo, revelando, assim, o *Déficit Técnico* no valor de 107.126 (em milhares de reais), que significa 31,73% do Patrimônio Líquido.

STEA - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA, LTDA.

Av Rio Branco, 185 - Grupo 412 - CEP 20.045-900 - RIO DE JANEIRO - RJ
PABX (021) 2533-2167 - Tel.: (021) 2240-2808 - Fax (021) 2262-0639 - E-mail: stea@stea.com.br



Todavia, cumpre assinalar que o déficit decorre de ter sido contabilizada *Provisão Referente aos Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa*, no valor de 147.493 (em milhares de reais), por força da Resolução CGPC nº 05, de 30/01/2002 (ANEXO E, itens 30 e 31).

Não fora tal registro, teria sido constatado superávit de 40.367 (em milhares de reais), correspondente a 11,96% do Patrimônio Líquido.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.



Rio Nogueira
Diretor Presidente
MIBA 166

SERVIÇOS TÉCNICOS DE ESTATÍSTICA E ATUÁRIA STEA LTDA


MT/.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, de acordo com o previsto no capítulo XI, artigo 52 do Estatuto do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, reunido nesta data em sua sede situada na Rua Rodrigo Silva, 26 - 15º andar, na cidade do Rio de Janeiro, procedeu à análise do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultado e do Fluxo Financeiro, da composição do Passivo Atuarial, das Notas Explicativas e do Demonstrativo Analítico de investimentos e de Enquadramento das Aplicações, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes - Trevisan Auditores Independentes e do atuário - STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., referente ao exercício findo em 31/12/2002.

Após verificar os documentos acima mencionados, o Conselho Fiscal é de Parecer que as Demonstrações Contábeis e seus anexos representam contabilmente a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31.12.2002.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2003.



JOÃO CARLOS CRISTIANO
Presidente do Conselho



JAIR NUNES ALMAS
Conselheiro



CLEZIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Conselheiro



LUIS ANTONIO DOMINGUES CORREIA
Conselheiro

ATA DE REUNIÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO NUCLEOS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2002

No dia vinte e um do mês de fevereiro de 2003, às nove horas, reuniu-se o Conselho Fiscal do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua sede situada na Rua Rodrigo Silva, 26 – 15º andar – Centro - Rio de Janeiro – RJ, com a presença dos conselheiros João Carlos Cristiano, Clezio dos Santos Oliveira, Jair Nunes Almas e Luis Antonio Domingues Correia. Compareceram à reunião, representando o Instituto, os senhores Fernando Cesar Braz Teixeira, Diretor Financeiro, e Luis Pereira de Freitas, Gerente de Contabilidade. O conselheiro Cristiano, Presidente do Conselho, abrindo a reunião, informou para fins de registro que foram remetidos aos conselheiros as demonstrações contábeis e informações gerenciais levantadas na data de 31 de dezembro de 2002, conforme se segue: balancete sintético, balanço patrimonial e suas notas explicativas, demonstração do resultado, demonstração do fluxo financeiro, composição do passivo atuarial, e o demonstrativo analítico de investimentos e de enquadramento das aplicações, bem como os pareceres dos auditores independentes – Trevisan Auditores Independentes e do atuário - STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., e os pareceres anteriores deste mesmo Conselho. Em seguida, o Sr. Presidente informou aos presentes os itens da pauta, conforme segue: a) exame das demonstrações contábeis e informações gerenciais levantadas na data de 31/12/2002; b) exame do parecer dos auditores externos; c) exame do parecer do atuário; d) Assuntos Gerais; e) Emissão de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31/12/2002. Seguindo-se a pauta da reunião, os conselheiros discutiram amplamente as informações contábeis e financeiras relativas ao exercício que se encerrou, prosseguindo-se com a leitura dos pareceres dos auditores externos Trevisan Auditores Independentes e do atuário - STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., tendo todos os esclarecimentos sido prestados pelo Instituto através de seus representantes presentes.

O exame tomou por base o Balanço Patrimonial, as demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a composição do passivo atuarial, notas explicativas e o demonstrativo analítico de investimentos e de enquadramento das aplicações, bem como os pareceres dos auditores independentes – Trevisan Auditores Independentes e do atuário - STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., e os pareceres deste mesmo Conselho e se iniciou pela revisão dos fatos anteriormente apontados, ficando constatado que permanecem destaque as operações com as patrocinadoras.

Embora a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 05, de 30/01/02, alterada pela Resolução CGPC nº 10 de 05/07/2002 determinar que se constitua Provisão para Direitos a Receber de Liquidação Duvidosa, não extingue do Instituto, o direito de receber os créditos que estão sendo considerados como liquidação duvidosa.

Cabe ressaltar que a Secretaria de Previdência Complementar através de seu ofício nº 1664/SPC/GAB/COA, de 11/11/02, é de opinião que o verdadeiro montante da dívida das patrocinadoras (INB e NUCLEP) corresponde a R\$ 89.109.570,33, e é aquela que decorre da aplicação das regras aprovadas pela SPC para o referido plano.



Assim sendo, computando-se os débitos estatutários (contratados e não contratados), vencidos e a vencer, as dívidas das Patrocinadoras com o NUCLEOS atingiram o montante de R\$ 169.767 mil, (dezembro/01 – R\$ 144.729 mil), conforme abaixo discriminado, representando 69,42% (dez/01– 43,24%) do total das Reservas Técnicas que é de R\$ 244.545 mil (dez/01– R\$ 334.705 mil).

	Em R\$ mil	
	2002	2001
Receitas a Receber	169.767	144.729
. Programa Previdencial	106.749	91.697
- Contribuição do mês	1.049	953
- Contribuição em Atraso	11.997	10.354
- Dívida anterior a 31/08/88	70.364	60.728
- Contribuições Contratadas	23.339	19.662
. A Vencer	6.662	6.750
. Vencidas	16.677	12.912
. Programa Assistencial	63.018	53.032
- Contribuição do mês	80	79
- Contribuições Contratadas	62.938	52.953
. A Vencer	14.483	15.411
. Vencidas	48.455	37.542

Considerando o total das dívidas das patrocinadoras INB e NUCLEP, destacamos que se encontra vencido o equivalente a 86,87% (dezembro/01 = 83,97%) conforme demonstrativo abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil					
	INB	2002 NUCLEP	Total	INB	2001 NUCLEP	Total
Contribuições em atraso	142	11.855	11.997	123	10.231	10.354
Dívida anterior a 31.08.88	64.430	5.934	70.364	55.607	5.121	60.728
Contr. Contrat. Previdenciárias	139	16.538	16.677	216	12.696	12.912
Contr. Contrat. Assistenciais	674	47.781	48.455	862	36.680	37.542
Total	65.385	82.108	147.493	56.808	64.728	121.536

O equacionamento dos débitos das patrocinadoras INB e NUCLEP, foi analisado globalmente por grupo de trabalho interministerial, criado através da Portaria nº 385, de 31 de julho de 2000 pelos Ministérios da Fazenda, de Minas e Energia, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Ciência e Tecnologia e da Previdência e Assistência Social. No decurso do período, foram desenvolvidos estudos atuariais por empresa especializada e as conclusões relacionadas à natureza e ao montante da dívida, indicam valores menores do que aqueles registrados contabilmente. Como o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI – encerrou suas atividades sem chegar a uma solução, o Instituto ajuizou junto às 30ª e 38ª Varas Cíveis do Rio de Janeiro, Ações de Cobrança do montante de R\$ 147.493 mil, relativos às contribuições em atraso, não contratadas, relativos aos períodos anterior e

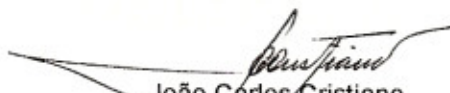


posterior a 31/08/88, bem como aos contratos de confissão de dívida previdencial e assistencial, cujas parcelas estão pendentes de pagamentos.

Após detalhado exame da documentação apresentada, os membros do Conselho Fiscal decidiram elaborar o parecer sobre as contas do exercício findo em 31/12/02, a seguir transcrito:

"O Conselho Fiscal, de acordo com o previsto no capítulo XI, artigo 52 do Estatuto do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, reunido nesta data em sua sede situada na Rua Rodrigo Silva, 26 - 15º andar, na cidade do Rio de Janeiro, procedeu à análise do Balanço Patrimonial, das Demonstrações de Resultado e do Fluxo Financeiro, da composição do Passivo Atuarial, das Notas Explicativas e do Demonstrativo Analítico de Investimentos e de Enquadramento das Aplicações, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes - Trevisan Auditores Independentes e do atuário - STEA - Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., referente ao exercício findo em 31/12/2002. Após verificar os documentos acima mencionados, o Conselho Fiscal é de Parecer que as Demonstrações Contábeis e seus anexos representam contabilmente a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS em 31.12.2002." Seguem-se as assinaturas dos conselheiros João Carlos Cristiano, Clezio dos Santos Oliveira, Jair Nunes Almas e Luis Antonio Domingues Correia.

Nada mais havendo a tratar e registrar, o presidente deu por encerrada a reunião que lida e aprovada vai assinada pelos membros deste Conselho.



João Carlos Cristiano
Presidente do Conselho



Clezio dos Santos Oliveira
conselheiro



Luis Antonio Domingues Correia
conselheiro



Jair Nunes Almas
conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, em sua 114ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2003, consoante o previsto no Capítulo VIII, art. 37, do Estatuto do NUCLEOS, examinou e aprovou por unanimidade o Relatório Anual da Diretoria Executiva e as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002.

Baseado na análise procedida e pautado nos Pareceres do Auditor Independente, do Atuário e do Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações do Fluxo Financeiro, Composição do Passivo Atuarial e nas Notas Explicativas representam contabilmente as posições patrimoniais e financeiras do NUCLEOS em 31 de dezembro de 2002.



Claudio Yoshida
Presidente do Conselho



Pedro Cardoso Franco
Conselheiro



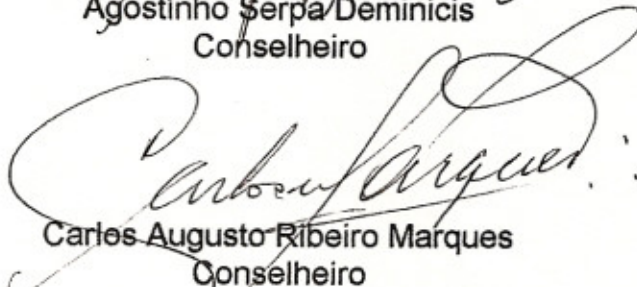
Maria Aparecida da Silva
Conselheira



Agostinho Serpa Deminicis
Conselheiro



Abel de Almeida
Conselheiro



Carlos Augusto Ribeiro Marques
Conselheiro

PAREC-2002